



REFLEXÕES SOBRE PAPÉIS DE GÊNERO E PATRIARCADO: DAS BRUXAS MIEIEVAIS ÀS BRUXAS CONTEMPORÂNEAS

Pamela Mayara Ibarra de Carvalho¹,
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS),
Pamelacarvalho20lorena@gmail.com

Telma Romilda Duarte Vaz²,
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS),
Telma.vaz@ufms.br

RESUMO

Se na era das caças às bruxas as mulheres eram sistematicamente perseguidas e punidas por supostos poderes sobrenaturais, frequentemente associados à feminilidade, na contemporaneidade continuam a sofrer violência devido a estereótipos de gênero e manutenção dos ideais. Neste trabalho, o objetivo é refletir sobre a violência de gênero considerando a conexão entre a caça às bruxas na Idade Média e a opressão das mulheres no mundo contemporâneo, tendo aporte teórico os estudos de Silvia Federici (1942-). Foi realizada uma pesquisa exploratória e abordagem qualitativa por meio da técnica tendências investigativas na plataforma da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD). Os resultados da pesquisa indicam que o processo de emancipação das mulheres ainda é um desafio. A inquisição atual persiste nas estruturas de poder que perpetuam a desigualdade de gênero.

Palavras- chave: Bruxas; violência; papéis de genero; patriarcado; lutas feministas.

1. INTRODUÇÃO

Neste estudo adotamos como aporte teórico os estudos da filósofa contemporânea Silvia Federici (1942), e sua a interpretação feminista que entende que a caça às bruxas na Idade Média não foi simplesmente uma perseguição religiosa ou supersticiosa, mas também um mecanismo de opressão profundamente enraizado que explorou a interseção entre gênero, classe, raça e poder e que tem raízes profundas na atualidade. Defendemos que a caça às bruxas contemporâneas – expressa na violência contra mulheres, no absurdo e aterrador número de feminicídio e na ausência de políticas públicas efetivas de amparo e proteção às mulheres – em pleno século XXI, ainda reflete a sociedade medieval fortemente patriarcal, e enxerga as mulheres como ameaças aos valores tradicionais e à ordem social estabelecida (a ordem masculina). Nossa questão de pesquisa, portanto, parte da seguinte pergunta orientadora: Como as relações de gênero e poder se apresentam a partir do ideal da figura de caça às bruxas, e quais são as novas fogueiras impostas às mulheres na atualidade? Para responder essas questões,



adotamos como objetivo, refletir sobre a violência de gênero considerando a conexão entre a caça às bruxas na Idade Média e a opressão das mulheres no mundo contemporâneo. Para esse fim, realizamos uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, e a técnica tendências investigativas na plataforma da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD).

A caça às bruxas teve início no séc. XV, sendo que seu apogeu se dá entre os séculos XVI e XVIII, o que durou em torno de longos quatro séculos, configurando-se em um movimento de perseguição religiosa e social às mulheres que, por qualquer motivo, ao infringirem às normas estabelecidas vigentes naquele período, eram torturadas e mortas. Nesta perspectiva a caça às bruxas não foi apenas uma perseguição às mulheres consideradas bruxas, mas um exemplo de opressão estrutural que refletia e perpetuava desigualdades sociais e de gênero. Importante destacar que “As bruxas sempre foram mulheres que se atreveram a ser corajosas, agressivas, inteligentes, não conformistas, curiosas, independentes, sexualmente liberadas, revolucionárias” (Federici, 2004, p. 296).

Com a desestruturação do feudalismo a partir do século XIV e início do novo sistema capitalista vigente, mudam-se as relações políticas e religiosas provocando mudanças também em suas estruturas. A convergência de interesses entre o Estado e a Igreja resultou na promoção e execução da caça às bruxas. Nesse período o cânone religioso vigente pertencia a igreja católica e julgava qualquer outra forma de religiosidade, costumes e crenças que não partisse de seus ideais poderiam ser punidos. Pessoas começaram a ser caçadas, julgadas, torturadas e mortas por acusações de bruxaria. Especialmente dentro desse período as mulheres foram as maiores vítimas, pois os crimes de acusação de bruxaria passaram a ser destinado principalmente a elas. A demonização das mulheres consideradas bruxas permitia que tanto o Estado quanto a Igreja reforçassem normas de gênero estritas e subjugassem as mulheres que desafiavam os papéis tradicionais. A caça às bruxas, de certa forma se consubstancia na perseguição às mulheres através dos tempos, negando a elas seus direitos e subjugando-as ao ideal patriarcal que “reside no apelo à natureza e a alegação de que a função natural das mulheres é a subordinação” (Silva, 2019, p.17).

A ascensão do capitalismo traz consigo mudanças significativas na estrutura econômica e nas relações de poder. Aqueles que se opunham às mudanças econômicas e sociais, ou que possuíam conhecimentos e práticas alternativas, eram frequentemente vistos como ameaças ao novo *status quo*. Importante sublinhar aqui o papel da Igreja e do Estado na caça às bruxas como mecanismo de silenciar vozes dissidentes, muitas vezes vozes de mulheres curandeiras, parteiras ou praticantes de medicina popular. Na perspectiva de Silvia Federici (2019), a caça às bruxas possui uma inter-relação com a exploração das mulheres no sistema capitalista. Para



a autora, essa nova organização trouxe consequências para suas vidas até os dias atuais. O papel social da mulher que desafiava os ideais de obediência e passividade as condenava a fogueira, assim como hoje, o patriarcado sobrevive sob a égide das novas fogueiras, como as inúmeras formas de violência contra as mulheres que culminam no feminicídio.

Dados obtidos da (Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Fórum Brasileiro de Segurança Pública), confirmam que no Brasil, em média, uma mulher foi vítima de feminicídio a cada sete horas no ano de 2021, e 56.098 casos de estupro foram registrados no mesmo ano. Segundo Machado (2023) em matéria publicada pelo portal Justiça do Trabalho, em 2022 uma pesquisa realizada em 126 cidades, em todas as regiões do país, incluindo todas as formas de violência contra as mulheres, mostrou que cerca de 50 mil mulheres sofreram algum tipo de violência a cada dia no ano passado, sendo que as mulheres pretas são as mais atingidas, em 48%, diante de 33% da população em geral. Quando se trata de mulheres com escolaridade até o ensino fundamental, essa taxa atinge a 49%, das mulheres com filhos chega a 44,4%. Com relação as mulheres divorciadas o índice chega a 65,3%, e das que estão na faixa etária entre 25 e 34 anos, a violência atinge um índice de 48,9%.

A pesquisa apontou que um terço das mulheres brasileiras já sofreu algum episódio de violência física ou sexual pelo menos uma vez na vida. Esse índice foi apurado pela primeira vez e é mais alto que o registrado globalmente (27%), em um levantamento feito pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2021. Quando incluídas as violências psicológicas, o número de mulheres brasileiras que já sofreram episódios de violência sobe para 43%. Quanto às denúncias, o estudo apurou que 45% das mulheres agredidas não pediram ajuda de nenhum tipo, 38% afirmaram acreditar que conseguiriam resolver o problema sozinhas e 21,3% declararam que não denunciaram por não confiarem na polícia. A maior parte das que pediram ajuda o fizeram para familiares e amigos (Machado, 2023, s/p).

Esses dados demonstram o quanto as mulheres ainda são vistas a partir da lente patriarcal, como meros corpos, cujos dono pode dispor conforme a sua vontade, perpetuando uma estrutura de violência que estrutural e estruturante, que deve ser pensada a partir da lente da interseccionalidade, um conceito fundamental em estudos relacionados à diversidade de gênero e às desigualdades sociais, desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002) essencial para entender as complexas interações entre diferentes formas de opressão e discriminação que as pessoas podem enfrentar. A interseccionalidade reconhece que as identidades das pessoas não podem ser reduzidas a uma única dimensão, como gênero, raça, classe social, orientação sexual, entre outras. Em vez disso, ela enfatiza a importância de considerar como essas várias identidades se entrelaçam e se sobrepõem, criando experiências únicas de discriminação e privilégio.



Conforme mostra a pesquisa mulheres negras enfrentam desafios e discriminação que não são apenas a soma das discriminações que uma mulher branca e um homem negro podem enfrentar. Embora não seja esse o objetivo do nosso trabalho, é importante pontuar esse conceito para analisar como a diversidade de gênero se relaciona com outras dimensões de identidade, como raça, classe social e orientação sexual, e como essas interações impactam também na histórica violência sofridas pelas mulheres.

2. Do medo à perseguição: o gênero das bruxas

A família não é uma entidade biológica intrínseca, natural ou inata, mas sim resultado das diferentes formas históricas de organização entre os seres humanos. Pressionados pelas necessidades materiais de sobrevivência e reprodução da espécie, os seres humanos criaram várias abordagens para interagir com a natureza e entre si. As diversas estruturas familiares ao longo da história foram desenvolvidas e concebidas como um fenômeno social. Uma dessas estruturas que se centrava na figura masculina era a família patriarcal. Engels, em sua obra "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", argumentou que a família patriarcal surgiu como resultado das mudanças econômicas na sociedade, particularmente com o advento da propriedade privada. Engels entende a família como uma instituição que serve aos interesses da classe dominante na escravização das mulheres. "A família individual moderna é fundada na escravidão doméstica aberta ou oculta da esposa" (Engels, 2019, p.75).

Engels aponta que os homens reivindicaram para si a autoridade paterna e o controle de suas famílias, subordinando as mulheres na família patriarcal e monogâmica. As mulheres eram instruídas a se dedicarem a servir seus esposos, desempenhar o papel de mães e serem donas de casa obedientes, perpetrando estereótipos associados ao gênero feminino, frequentemente retratadas como seres dóceis, submissas e dependentes de seus "homens", sejam eles pais, irmãos ou esposos. As funções de gênero foram inventadas para reduzir as mulheres a escravidão da "luxúria e um mero instrumento para a produção de filhos" (Engels, 2019, p.60).

Nesta mesma linha de pensamento, em o "Calibã e a Bruxa" (2004), Silvia Federici discute a história da perseguição às bruxas na Europa e sua relação com a acumulação primitiva de capital. Federici argumenta que a caça às bruxas foi uma forma de controle social que visava particularmente o sexo feminino, mulheres que detinham conhecimentos sobre plantas medicinais, contracepção e outras práticas consideradas uma ameaça ao patriarcado e ao sistema econômico vigente. Assim autora conecta a opressão das bruxas com a exploração das mulheres na esfera doméstica e com a acumulação de capital. Ela chama a atenção para uma



passagem atribuída a Martinho Lutero que ilustra como o papel social das mulheres na sociedade era desvalorizado: "Deixem-nas dar à luz até morrerem [...], pois foram destinadas a isso" (Federici, 2019, p. 69).

Importante lembrar, como nos mostra Federici (2004), que a caça às bruxas não era simplesmente uma perseguição irracional a supostas bruxas, mas tinha motivações econômicas e políticas subjacente, vinculada a chamada "acumulação primitiva de capital", que se refere ao processo pelo qual o capitalismo começou a se expandir e consolidar seu domínio. Para a autora, a caça às bruxas desempenhou um papel fundamental nesse processo, pois permitiu a expropriação de terras e recursos das mulheres. Federici explica que naquele período muitas mulheres eram curandeiras, parteiras e detentoras de conhecimentos medicinais tradicionais. Era interesse da elite dominante, incluindo a Igreja, eliminar essas mulheres, pois representavam uma ameaça à crescente medicalização e profissionalização da saúde, que estava se tornando uma indústria lucrativa controlada por homens.

Outro elemento apontado por Federici (2004) em relação a caça às bruxas, visava controlar a reprodução e o trabalho reprodutivo das mulheres. A eliminação das parteiras tradicionais permitiu que a medicina masculina e a Igreja assumissem o controle sobre o parto e a saúde das mulheres, ao mesmo tempo em que enfraquecia o poder e a autonomia das mulheres em questões relacionadas à reprodução. Segundo a autora, essas mudanças na posição das mulheres na sociedade tiveram consequências duradouras: a marginalização e a desvalorização do trabalho das mulheres no sistema capitalista, bem como a medicalização da reprodução, que ainda afetam as vidas das mulheres até os dias atuais. Dessa forma, a caça às bruxas não foi apenas um episódio histórico isolado, mas sim uma parte importante da transformação do capitalismo e da eliminação das mulheres de papéis econômicos e sociais significativos. A história releva, portanto, a continuação das formas de opressão e exploração das mulheres que persistem na sociedade contemporânea.

A sexualidade foi o maior alvo apontado nas condenações contra as mulheres. A liberdade sexual passou a ser designada apenas para o casamento, com finalidade de procriação. Grupos que fugiam dos padrões estabelecidos, como por exemplos lésbicas; gays; bissexuais; transgêneros; queer; intersexuais; assexuais e pansexuais (LGBTQIAP+), também eram condenados. Qualquer expressão de liberdade sexual das mulheres deveria ser severamente condenada. "Mulheres que evitavam a maternidade, libertinas e promíscuas, prostitutas ou adúlteras, ou mulheres que praticavam a sexualidade fora do caráter procriativo do casamento, foram consideradas bruxas" (Valle, 2018, p.27).



Federici (2004), destaca que a sexualidade das mulheres não estava relacionada apenas ao ato sexual, mas fazia parte de um controle de natalidade e conhecimentos sobre métodos abortivos e contraceptivos que precisava ser emancipado delas, para que os interesses do Estado e da igreja se mantivesse no controle. Para o Estado a reprodução da mão de obra, e para a igreja a perseguição contra a heresia, ambas as Instituições defendendo seus interesses escusos. As punições foram utilizadas como instrumentos para instilar o medo e reprimir a autonomia e a liberdade das mulheres. "O medo na população era alimentado pela discussão pública sobre bruxaria naquele contexto social, muitas vezes inflamada pelos discursos exagerados de figuras religiosas" (Santos, 2021, p. 70-71).

Dessa forma, não é demais sublinhar que este foi um processo manipulado com o propósito de instaurar uma nova ordem patriarcal, na qual os corpos femininos e suas habilidades sexuais e reprodutivas foram subjugados ao controle masculino, seja dentro do contexto da instituição matrimonial heterossexual, seja sob a autoridade do Estado no âmbito da esfera macropolítica. De forma que "a perseguição às bruxas pode ser interpretada como um ataque à autonomia que as mulheres detinham sobre sua própria sexualidade, o domínio sobre sua reprodução e seus conhecimentos médicos" (Federici, 2004, p.309-310).

Em 1532 foi promulgada por Carlos V, a *Constitutio Criminalis Carolina*, estabelecendo a pena de morte para a bruxaria. Mais uma vez Federici chama a atenção para o fato de que, a caça às bruxas não foi um movimento espontâneo, mas sim uma campanha organizada pelas autoridades. Contudo, é relevante assinalar que a história da caça às bruxas na Europa e seus efeitos na posição das mulheres, não foi um último suspiro do mundo feudal, pois o conceito de bruxaria só se desenvolveu na Baixa Idade Média. A perseguição inicial estava relacionada ao "*maleficium*" e ocorreu nos séculos VII e VIII, possivelmente como uma reação ao medo das elites em relação aos avanços dos "sarracenos". A perseguição às bruxas cresceu a partir do século XV, especialmente durante o período de revoltas populares e crises feudais incipientes, atingindo seu auge entre 1580 e 1630, quando as relações feudais estavam cedendo lugar às instituições do capitalismo mercantil (Federici, 2004).

Diversas foram as formas de perseguições e torturas voltadas para as mulheres, manuais foram divulgados a fim de auxiliar e instigar a população a reconhecer as bruxas e capturá-las. O "*Malleus Maleficarum*," também conhecido como "O Martelo das Bruxas," é uma obra escrita por dois dominicanos alemães, Heinrich Kramer (também conhecido como Heinrich Institoris) e Jacob Sprenger. Publicado pela primeira vez em 1487, o livro é uma das obras mais notórias e infames relacionadas à caça às bruxas durante a Idade Média e o início da Idade Moderna na Europa. A principal finalidade do "*Malleus Maleficarum*" era fornecer um guia



detalhado para a identificação, perseguição e julgamento de supostas bruxas. Os autores alegavam que a bruxaria era uma grave ameaça à Igreja Católica e à sociedade em geral, e argumentavam que as bruxas eram aliadas do diabo que causavam malefícios e danos às pessoas e à comunidade. O manual descreve: “Se hoje queimamos as bruxas é por causa de seu sexo feminino” (Freire; Sobrinho; Conceição apud Santos, 2021, p.70).

Uma das características mais marcantes do "Malleus Maleficarum," é a ênfase na culpabilização das mulheres baseados em argumentos de que as mulheres eram mais suscetíveis à bruxaria devido à sua natureza supostamente fraca e pecaminosa. O "Malleus Maleficarum" traz orientações detalhadas sobre como conduzir julgamentos de bruxas, incluindo o uso de tortura para obter confissões, tudo sob a alegação de que a caça às bruxas era justificada pela fé cristã e que a Igreja tinha a responsabilidade de erradicar a bruxaria como uma heresia e uma ameaça espiritual. Sua influência contribuiu para o aumento das perseguições e execuções de supostas bruxas durante os séculos XVI e XVII, conhecidos como o período da "caça às bruxas." Conforme explica Federici (2019), a caça às bruxas não estava atribuída somente a pobreza, mas também a resistência da exclusão social e a política institucional como meio de subordinação aos homens, foi o meio de estabelecer as novas normas sociais impostas as mulheres, demonstrando quais seriam as consequências caso resistissem a força do Estado.

Nas fogueiras não estavam apenas os corpos de “bruxas”, destruídos; também estava todo um universo de relações sociais que fora a base do poder social das mulheres e um vasto conhecimento que elas haviam transmitido, de mãe para filha, ao longo de gerações – conhecimento sobre ervas, sobre meios de contracepção (Federici, 2019, p. 72).

A caça às bruxas designando as mulheres como a personificação do diabo trouxe consequências avassaladoras para suas vidas. É importante pontuar, conforme ressalta Federici (2004; 2019), havia várias motivações por trás da caça às bruxas, incluindo questões de poder, religião, política e misoginia. Ressaltamos que as mulheres acusadas de bruxaria eram, em sua maioria, aquelas que exerciam papéis de liderança ou conhecimento em suas comunidades, ou seja, eram curandeiras, parteiras, sábias, ou detinham conhecimento sobre plantas medicinais e métodos de controle de natalidade. Assim, o conhecimento transmitido de mãe para filha sobre ervas medicinais, métodos contraceptivos e outros aspectos da saúde, parte valiosa da cultura e do bem-estar das comunidades, foi demonizado e associado a práticas consideradas heréticas. Esse é um fato importante, pois resultou na destruição desse conhecimento, bem como na perda de um sistema de apoio social e de cuidados de saúde para as mulheres. A dimensão social, política e cultural da perseguição às bruxas, afetou profundamente a vida das mulheres e as



relações sociais em suas comunidades e ainda possui reflexos importantes que impactam na vida das mulheres contemporâneas.

3. Breve panorama sobre as bruxas contemporâneas: sobrevivência do patriarcado

A literatura apresenta várias interpretações sobre o significado e conceito de patriarcado. A palavra "patriarcado" originou-se da combinação das palavras gregas "pater" (pai) e "arkhe" (origem e comando), significando literalmente "a vontade do pai". No entanto, é importante ressaltar que a palavra "pai" tinha um significado diferente do atual, sendo atribuída a todo homem que não dependia de nenhum outro e tinha autoridade sobre a família e domínio. A palavra "patriarcado" comportava uma tríplice noção de autoridade e não envolvia a noção de filiação biológica. Essa compreensão amplia nossa visão sobre o patriarcado, destacando que ele não se limita apenas à figura do pai como genitor, mas engloba uma estrutura de poder e autoridade mais abrangente na sociedade (Schneider, 2016; Delphy, 2009).

É importante pontuar que essa visão destaca a centralidade das questões de gênero no patriarcado. O sistema patriarcal se manifesta não apenas em termos de relações sociais, mas também nas estruturas políticas que perpetuam a desigualdade de gênero. A definição enfoca a necessidade de análise crítica e ação para abordar a sujeição das mulheres e as disparidades de poder de gênero no contexto do patriarcado. Entendemos o patriarcado a partir de uma visão mais ampla, como um conceito político que estrutura o "sistema de relações sociais que articula diferentes opressões do privado e do público" (Schneider, 2016, p. 49).

A perspectiva mais abrangente reconhece que tanto homens quanto mulheres podem ser afetados negativamente pelo patriarcado, embora de maneiras diferentes, ressaltando a necessidade de transformações profundas nas estruturas sociais para promover a igualdade de gênero. De acordo com esses conceitos, "as características do patriarcado se baseiam em uma feminilidade assexuada, obediente, submissa, resignada à subordinação ao mundo masculino, aceitando como natural o confinamento a uma esfera de atividades que foram completamente depreciadas no capitalismo" (Federici, 2019, p. 71).

Vale pontuar que a ideia de heteronormatividade pressupõe que todas as pessoas são ou devem ser heterossexuais, o que exclui outras orientações sexuais, como a homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, dentre outras orientações. Essa visão machista baseia as relações afetivas e sexuais a partir de um modelo binário de gênero, no qual se espera que um homem e uma mulher desempenhem papéis tradicionais e complementares no relacionamento, o homem seria o provedor e a mulher a cuidadora. A heteronormatividade envolve a expectativa



de procriação entre os casais que devem casar-se e ter filhos, criar a família binária seria o caminho "normal" ou "ideal" para a vida.

Dessa forma, as relações heteronormativas criam ambientes propícios para que as identidades e relacionamentos LGBTQIAP+ sejam estigmatizados ou invisibilizados. Comportamentos específicos associadas às relações heteronormativas, como demonstrações públicas de afeto entre homem e mulher são vistas como "normais", enquanto o mesmo, não vale para casais do mesmo sexo, que frequentemente enfrentam discriminação ou hostilidade por comportamento semelhante, condenando e invisibilizando pessoas não convencionais, consideradas desviantes em relação à norma heterossexual. Dessa forma, as ideias heteronormativas reproduzem a crença de que existem papéis de gênero estritamente definidos, punindo¹ e estigmatizando aqueles que não se adaptam as normas. A ausência de discussões sobre orientações sexuais e identidades de gênero perpetua a invisibilidade e o estigma em relação a essas questões e contribui para a continuidade da caça às bruxas com base na discriminação de gênero.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que o salário das mulheres equivalem a 76,5% do salário pago aos homens. Além de receberem menos por trabalhos muitas vezes equivalentes, as mulheres enfrentarem jornadas duplas ou triplas de trabalho, acumulando papeis e responsabilidades, que se somam ao trabalho profissional e as inúmeras formas de violência ainda vividas como uma condenação pelo simples fato de se ter nascido “mulher”.

Quando o sistema patriarcal, ainda enraizado em nossa cultura, constrói barreiras entre as esferas pública e privada, fica reduzida a possibilidade de participação política das mulheres com a mesma visibilidade e direito à voz que existe para os homens (Silva, 2019, p.11).

No Brasil, o direito da mulher ao voto e à participação política é resultado de uma luta histórica e progressiva pelo reconhecimento de igualdade de gênero e direitos civis. Em 1932, as mulheres conquistaram o direito ao voto, tornando-se participantes ativas na democracia do país. Mulheres que ocupam cargos políticos no Brasil, especialmente cargos de destaque, ainda são minorias absolutas, apesar da inegável contribuição de suas participações para a promoção de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero e o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Fatos como esse são reflexos da violência contra as mulheres, que no Brasil foi assegurada por lei, a exemplo do Código Civil de 1916, que tratava dos direitos e deveres das

¹ Segundo a Agência Brasil (2023), no Brasil, em 2022 ocorreu 273 mortes de pessoas LGBTI, de forma violenta no país. Desse total de mortes, 228 foram assassinatos, correspondendo a 83,52% dos casos; 30 mortes foram por suicídios (10,99%); e 15 mortes por outras causas (5,49%).



mulheres. Em seu art.6º as mulheres eram consideradas incapazes. O art. 242, especificava que a mulher não poderia, sem autorização do marido, exercer uma profissão. O art. 233, nº IV, assegurava o homem como o chefe da sociedade conjugal. Essas são raízes patriarcais, refletem valores que ainda permanecem vivos e são retratados nas desigualdades de direitos e responsabilidades entre os gêneros.

As mudanças ao longo do tempo trouxeram melhorias significativas para a vida das mulheres, mas as lutas por igualdade e liberdade estão longe de serem concluídas. Conquistas como o direito ao trabalho remunerado e à liberdade sexual representaram avanços relevantes, no entanto, persistem desafios consideráveis, visto que os números de feminicídio no Brasil revelam uma triste realidade, com um aumento alarmante de casos que evidenciam a urgência de enfrentamento da violência de gênero, não como políticas de governo, mas políticas de estado, políticas de responsabilização e de educação, de informação, políticas que visem verdadeiramente romper com o patriarcado.

É preciso lembrar que cada ato de violência contra a mulher é uma fogueira cuja chama é alimentada pelos valores patriarcais e que precisam ser urgentemente “apagadas”, extintas de nossa sociedade. Em pleno século XXI mulheres independentes, profissionais competentes, em qualquer área de atuação ainda estão vulneráveis a violência de gênero. “A violência masculina individual também é uma resposta às exigências mais assertivas das mulheres por autonomia e independência econômica ou, mais simplesmente, uma reação negativa contra a ascensão do feminismo” (Federici, 2019. p.95-96).

As fogueiras atuais continuam alarmantes, como diz Federici (2019, p.90) “a violência contra as mulheres não desapareceu com o fim das caças às bruxas e a abolição da escravidão. Pelo contrário, foi normalizada”. Os reflexos da caça às bruxas reverberam em novas roupagens na contemporaneidade, o patriarcado e seus estereótipos ainda permanecem a partir de seus ideais, discursos e violências se perpetuam nos hábitos e valores passados de geração para geração. As mulheres resistentes são as bruxas da atualidade. Federici (2019, p.130) nos lembra que: “Por esse motivo, é importante haver um esforço para compreendermos a história e a lógica da caça às bruxas e as muitas maneiras pelas quais ela se perpetua em nossa época. Pois é apenas mantendo essa lembrança viva que poderemos evitar que ela se volte contra nós”. O conhecimento de nossa história, das raízes do patriarcado, das intenções e de seus fundamentos é uma ferramenta poderosa para que mulheres contemporâneas possam se mobilizar e trabalhar para a enfrentar essa luta que ainda está acesa e se configura em novas e modernas formas de fogueiras que ainda perseguem, queimam e matam mulheres.



4. A Caça às Bruxas no Mundo Contemporâneo: Tendências Investigativas

Para refletir sobre a violência de gênero considerando a conexão entre a caça às bruxas na Idade Média e a opressão das mulheres no mundo contemporâneo, realizamos uma pesquisa exploratória e abordagem qualitativa. Vale ressaltar que, de acordo com Lakatos e Marconi (1997), a pesquisa exploratória não tem o objetivo de fornecer respostas definitivas, mas sim gerar insights ou hipóteses que podem ser explorados em pesquisas mais detalhadas.

Como técnica de pesquisa utilizamos as tendências investigativas a fim de conhecer como essa temática é abordada em pesquisas acadêmicas. Para esse fim, foi realizado um levantamento com foco dirigido para trabalhos acadêmicos do tipo teses e dissertações publicados na plataforma da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações- BDTD), a partir de três descritores: a) bruxas; b) violência e papéis de gênero; c) patriarcado e lutas feministas. O recorte temporal foi delimitado no período de 2018 a 2023. A pesquisa foi realizada considerando todas as áreas do conhecimento. Após análise do total desse material, descartamos os trabalhos que não tinham relação direta com o objetivo da nossa pesquisa, e selecionamos apenas as pesquisas que abordavam de forma mais específica a violência de gênero e os estudos relacionados à caça às bruxas na Idade Média, bem como aqueles que estabeleciam relação com o patriarcado e a opressão das mulheres no mundo contemporâneo. Desta forma, de um total de 373 trabalhos encontrados, 09 foram selecionados por possuírem conexão com nosso estudo. Com o descritor “bruxas” identificamos 119 trabalhos e selecionamos 02 pesquisas. A partir do descritor “violência e papéis de gênero” encontramos 181 trabalhos, 04 foram selecionados. Já com o descritor “patriarcado e lutas feministas” identificamos 73 e 03 estudos foram selecionados.

Importante pontuar que tratamos esse levantamento apenas como um indicativo do interesse das demandas acadêmicas científicas pela temática, portanto, apesar de sua relevância, não se trata de uma amostra e não a referimos como tal. A seguir, no quadro de número 1, denominado “descritores”, apresentamos uma visão mais geral dos trabalhos selecionados do total do levantamento realizado na plataforma BDTD.



Quadro 1: Descritores

Descritor - Bruxas				
2018	Dissertação	Unicap Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião Curso de Mestrado	O aborto e a caça às bruxas: as influências do Malleus Maleficarum no Código Penal Brasileiro de 1940 e suas repercussões hoje.	Thais Chianca Bessa Ribeiro do Valle
2021	Tese	Puc-Rio Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais	Queimem a bruxa!: o controle de corpos e sexualidades da caça às bruxas a ideologia de gênero	Nathalia Lima Dos Santos
Descritor – Violência e papéis de gênero				
2018	Dissertação	UNICENTRO - Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em desenvolvimento comunitário	A cultura da violência doméstica: Uma reflexão sobre as relações de gênero	Thalyta Forquim Buco
2018	Dissertação	UFRGS Programa de Pós-graduação em ciência política	Violência de gênero contra as mulheres e cultura política no Brasil e na Argentina	Amanda Carolina Cegatti
2018	Dissertação	UFRGS Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Mestrado Acadêmico	#Meuprimeiro assédio: Interações de mulheres violadas	Ana Lucia Oliveira Gomes
2020	Dissertação	RIUFOP Programa de Pós-Graduação em Direito	Que (in)justiça é essa?: a paridade participativa como alternativa ao silenciamento das vozes das mulheres na esfera pública-política.	Emely Braga Rodrigues



Descritor- Patriarcado e lutas feministas				
2018	Dissertação	UFJF - Programa de Pós-Graduação em serviço social	Feminismo e representação política	Laís Aparecida Santos de Oliveira
2021	Dissertação	Universidade Presbiteriana Mackenzie Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu da Faculdade de Direito	Violência doméstica: análise jurídica do estupro marital	Gabriela Henrique Carvalho
2022	Dissertação	PUCRS - Programa de Pós-Graduação em serviço social mestrado	Gênero, trabalho doméstico e de reprodução social: uma análise sobre a exploração e opressão de mulheres no capitalismo	Rubia Souza Garcia

Fonte: Dados colhidos pela autora na plataforma BDTD.



4.1 Descritor – Bruxas

A partir do descritor “Bruxas”, selecionamos os 2 estudos que tratam da abordagem definida em nossa pesquisa. A dissertação de Valle (2018), teve como objetivo analisar o patriarcado como controle de corpos femininos, além dos dogmas religiosos como denominação das mentes. A pesquisa, assim como nosso estudo, faz uma relação entre o período inquisitorial, a caça às bruxas e os dias atuais. Em seu trabalho, Valle (2018) apresenta uma pesquisa legal (jurídica) e bibliográfica, partindo de uma análise comparativa entre o período inquisitorial e o século XXI, a partir de preceitos da obra *Malleus Maleficarum* e o Código Penal Brasileiro.

As alterações políticas, econômicas, religiosas e morais quanto à “caça às bruxas”, se perpetuaram na sociedade brasileira. Isso porque, no Brasil, a ideia de considerar o abortamento uma conduta criminosa encontrava forte alicerce no sistema colonial, através do qual se observava uma hierarquização entre os sexos que evidenciava mecanismos de controle do corpo e da sexualidade feminina (Valle, 2018, p.46).

O trabalho discorre sobre a condenação, a liberdade sexual das mulheres, sua autonomia e controle se seus corpos, bem como, a criminalização do aborto, discutindo os papéis de gênero e apontando a figura da mulher definida com papéis já estabelecidos dentro da sociedade. “A caça às bruxas permite analisar a relação existente entre o “fenômeno” e o desenvolvimento de uma divisão social e sexual, com lugares socialmente estabelecidos para homens e mulheres, sendo reservado para as mulheres o trabalho reprodutivo (Valle,2018 p.34)”.

Ao examinar esse fenômeno histórico, podemos identificar que os papéis de gênero estão intrinsecamente ligados à construção da divisão social e sexual. A divisão social de gênero se refere à maneira como a sociedade atribui papéis, responsabilidades e expectativas diferentes para homens e mulheres. Nesse contexto, Valle (2018) corrobora com nosso estudo ao mostrar que a perseguição às bruxas foi um reflexo dessa divisão, enfatizando que as mulheres eram frequentemente vistas como detentoras do "trabalho reprodutivo", o que significa que eram responsáveis pela reprodução da sociedade, cuidado com os filhos e atividades domésticas. Esse papel socialmente estabelecido era considerado apropriado para as mulheres, enquanto os homens eram associados a papéis diferentes na sociedade. Dessa forma, “Enquanto a Igreja não assume uma postura mais inclusiva com relação às demandas femininas, as “bruxas” seguem condenadas em fogueiras simbólicas perante a sociedade” (Valle, 2018, p. 108).

Assim como em nossa pesquisa, Valle destaca que o sistema patriarcal contribui para a manutenção do sistema social vigente, citando o *Malleus Maficarum* e o Código Penal Brasileiro de 1940, que agiram como disciplinadores no controle de corpos e comportamentos



das mulheres. O *Malleus Maficarum* ou o "Martelo das Feiticeiras", é apontado pela autora como um infame manual utilizado durante a Inquisição para identificar e perseguir supostas bruxas, perpetuando estereótipos misóginos, perseguição e repressão das mulheres que desafiavam as normas patriarcais da época.

Valle (2018) ratifica nosso estudo defendendo que a ideologia patriarcal foi utilizada para justificar a opressão das mulheres, mostrando que o Código Penal Brasileiro de 1940 foi instrumento legal que historicamente perpetuou a desigualdade de gênero e continha dispositivos que criminalizavam o aborto, restringiam a autonomia das mulheres sobre seus corpos, refletindo uma visão patriarcal que buscava controlar as decisões das mulheres em relação à reprodução e sexualidade. Da mesma forma Valle conclui que o sistema patriarcal, juntamente a documentos como o "*Malleus Maficarum*" e o "*Código Penal Brasileiro de 1940*", funcionaram como instrumentos de controle social para restringir os direitos e a autonomia das mulheres, de forma que contribuíram para a manutenção das desigualdades de gênero e a perpetuação das normas patriarcais na sociedade. Esses elementos agiram e agem ainda hoje, como modelos disciplinadores que moldam os comportamentos das mulheres e reforçam a estrutura de poder patriarcal.

O segundo trabalho selecionado sob esse descritor (bruxas) é a tese de Nathalia Lima Dos Santos (2021), que busca identificar e analisar as violências de gênero, sexualidade e raça ao longo da história, investigando similaridades e continuidades na inquisição a caça às bruxas até o cenário atual. "Com a caça às bruxas, são instauradas no imaginário social ideais de feminilidade, masculinidade e sexualidade e valores morais cristão são reafirmados (Santos, p.189)."

Os nossos estudos defendem a mesma perspectiva do trabalho da autora, buscando um padrão entre os períodos da inquisição e a contemporaneidade, tendo como aporte teórico os trabalhos de Silvia Federici (2017; 2019). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, partindo de fontes como notícias, jornais, discursos de autoridades governamentais e documentos oficiais.

Santos critica o sistema atual que apesar de alegar ser laico, reveste-se de discursos basilados pela religião para atacar minorias, são discursos de ódio e preconceitos ligados ao gênero, raça e classe, basilados pelo patriarcado inquisitório. A autora lembra que em 2018 no Brasil foi eleito um presidente que atacou de forma direta e sistemática esses grupos, um discurso de cunho religioso, assim como aconteceu com "a caça às bruxas".

Para Santos, portanto, a igreja permanece sem um posicionamento, mantendo estruturas patriarcais, preconceituosas e homofóbicas, em nome de Deus, mostrando que a violência de gênero faz parte do controle e submissão das mulheres, continua sendo patrocinado pelo medo



e pela ignorância, assim como aconteceu no período em que a caça às bruxas queimou mulheres resistentes em suas fogueiras.

4.2 Descritor- Violência e papéis de gênero

A dissertação de Buco (2018) analisou como é construído o processo da violência doméstica e os fatores ao quais impulsionam as mulheres a romperem com esse ciclo, além de buscar compreender as motivações que culminam as práticas de violência gerada dos homens contra as mulheres. A metodologia adotada foi uma análise do diário de campo, selecionados 130 registros, utilizando como critério a análise das narrativas pelas mulheres.

A pesquisa trata de um recorte da realidade, de uma parcela de mulheres que convive em contextos de violência doméstica. A partir delas, contudo, é possível identificar relações de poder que estão normatizadas na sociedade contemporânea e que atingem mulheres sem considerar diferenças de classe social, raça, etnia ou idade (Buco,2018, p.12-13).

Como resultado da pesquisa feita em SPPMG-PR no município Guarapuava, no período de 5 de julho de 2016 a 30 de outubro de 2017, foram registrados cerca de 200 casos de violência doméstica, sendo que 150 deles eram causados por parceiros, ou ex-parceiros afetivos da vítima.

Buco (2018, p.12) diz “Os índices elevados de violência doméstica são legitimados pelo que identificamos como cultura da violência doméstica, que concebe as mulheres como propriedade e autoriza o homem a agir com violência para manutenção de controle sobre a mesma”. Por fim, Buco conclui que a violência passa a ser cada vez mais normalizada, muitas vítimas procuram ajuda da família, da igreja, amigos e acabam sendo aconselhadas a continuar nessa relação pelo bem da família, sendo mais uma vez violentada, tida como responsável pelo fracasso ou prosperidade de seu casamento.

A dissertação de Cegatti (2018) tem como objetivo tentar compreender através de um estudo comparativo a violência de gênero contra as mulheres no Brasil e na Argentina. Trata-se de uma revisão bibliográfica e documental, delimitada entre os anos de 1980 a 2016. Os resultados apresentados mostram um avanço nos direitos humanos das mulheres nos dois países.

Contudo, segundo Cegatti (2018), apesar desse avanço, no Brasil foi constatado que o direito das mulheres não está assegurado, enquanto na Argentina esses direitos se mostram mais consistentes. Além dos dados apontarem o dobro de homicídios contra mulheres no Brasil comparado a Argentina, a pesquisa mostra a necessidade de mudanças urgentes e de ordem prática. O trabalho também destaca a participação e trajetória dos movimentos feministas dentro



das organizações e políticas em busca de garantir os direitos das mulheres. “Os movimentos feministas demandaram a efetivação dos direitos humanos das mulheres, por meio da transformação das estruturas de poder, e delineararam pautas associadas ao reconhecimento da diferença (Cegatti,2018, p.26)”.

Gomes (2018), em sua dissertação de mestrado tem como objetivo a problematização da violência de gênero como produto da cultura patriarcal. Trata-se de um recorte qualitativo das interações no facebook por mulheres através da mobilização #MeuPrimeiroAssédio, com análise de Categorizações de Pertença, mediada por comunicação através do computador, em que os participantes usam seus próprios meios de conhecimento, como descrevem o mundo.

[...] a mobilização #MeuPrimeiroAssédio contribui para a exposição do modus operandi do patriarcado, expondo casos de violências sexuais e revelando, a partir das interações, questões embrenhadas nesse emaranhado de constructo social sexista que socializa a mulher para ser bela e sentir-se lisonjeada por um homem a desejar, ao mesmo tempo em que a culpabiliza por ter sido violentada, a faz sentir culpada pela violência sofrida e a obrigada a perdoar o abusador, tendo ainda de ser jovem e boa mãe, entre outros atributos, para terem valor aos olhos da maioria dos homens e de parcela de mulheres (Gomes, 2018, p.126).

A relação do poder que o homem ainda exerce sobre a mulher está ligado ao patriarcado faz como que a vítima, as mulheres, se sintam sempre culpadas pelas violências sofridas de formas intermitentes. Desde pequenas são ensinadas que nasceram para servir e agradar aos homens, e dentro desta estrutura construída se sentem culpadas por decepcioná-los, acreditando que erraram e por isso aconteceu a violência, que para ficar tudo bem é só seguir os padrões do papel social da mulher, ser uma boa esposa, mãe, amorosa, obediente, submissa. Os abusos se ligam ao poder do gênero masculino sob o gênero feminino, enraizando cada vez mais a perspectiva cultural e estrutural do homem de se sentir dono do corpo da mulher, tirando a autonomia dela sobre suas escolhas e capacidades de decidir sua sexualidade, vontade e impor autoridade. As perspectivas culturais e estruturais são tão coercitivas e naturais dentro da nossa sociedade que a maioria das mulheres nem conseguem perceber quando estão sofrendo abusos. Como resultado a pesquisa afirma a nossa cultura como patriarcal, na qual o mesmo tempo que cobra da mulher a sensualidade a culpa pelo mesmo motivo, fazendo a se sentir a real culpada pelo abuso e as violências que têm sofrido.

A dissertação de Rodrigues (2020), tem como objetivo analisar o princípio da justiça de Nancy Fraser, “paridade participativa”, a partir das reivindicações feitas por mulheres no cenário político. A metodologia de pesquisa bibliográfica, utilizando o método jurídico-sociológico e uma análise da interseccionalidade a partir do caso de uma mulher, Marielle Franco, analisado pela teoria da justiça social de uma outra mulher, Nancy Fraser.



Marielle Franco foi uma socióloga e ativista, e política brasileira, mãe, negra, lésbica e periférica, morta em março do ano de 2018. Marielle foi um exemplo de resistência política e social, não lutou somente pelos direitos das mulheres, mas também por todas as classes consideradas marginalizadas, incluindo os grupos LGBTQIAP+, um grupo excluído e marginalizado com intensificação principalmente com o início do período capitalista.

Rodrigues (2020) destaca que, ao se referir ao silenciamento de Marielle Franco com seu assassinato, não está mencionando o ato direto de inibir as palavras, mas sim de um ato indireto de interromper, de ridicularizar e ignorar a participação das mulheres dentro de um espaço que legalmente oferece meios e recursos de participação, um espaço social que as silenciam. Os resultados da pesquisa de Rodrigues (2020) mostram que o gênero e suas hierarquias de poder ainda fazem parte da sociedade, causando o silenciamento das mulheres. Mesmo conquistando espaços e participação na política as mulheres não deixam de enfrentar injustiças. “Ser eleita, ocupar o espaço público-político não significa que as diversas formas de injustiças desapareceram, ainda há vários outros obstáculos a serem desmantelados” (Rodrigues, 2020, p.88).

Mesmo após a mudanças na constituição de 1916, reconhecendo as mulheres como cidadãs e pertencentes de direitos, as mulheres ainda não são livres e permanecem perseguidas e sob a égide do patriarcado.

4.3 Descritor - Patriarcado e lutas feministas

Oliveira (2018) em sua dissertação sobre feminismo e representação política tem como objetivo analisar a representatividade das mulheres dentro do cenário político- institucional, além de fazer um panorama sobre as lutas e conquistas feministas. A pesquisa é documental e apresenta entrevistas com parlamentares mulheres do município de Juiz de Fora. Como resultado mostra o patriarcado como limitante aos avanços das políticas públicas para as mulheres, como mostra a pesquisa:

No Brasil, o sufrágio feminino foi reconhecido enquanto direito em 1932. No entanto, na cidade de Juiz de Fora, as mulheres ingressaram na política institucional apenas em 1967, quando tivemos a primeira vereadora eleita. Desde o ingresso da primeira mulher no âmbito legislativo até o último pleito eleitoral, transcorreram-se cinquenta anos e, durante este período, apenas onze mulheres foram eleitas (Oliveira, 2018, p. 92).

A marginalização das mulheres no espaço político é uma consequência histórica, conforme já apresentamos, é uma influência do patriarcado que relega as mulheres somente os trabalhos domésticos como função do sexo feminino. As lutas feministas por equidade buscam



também esse espaço político como além de um direito, uma ferramenta para a reparação de injustiças e opressões geradas ao longo da história.

Uma contribuição importante do estudo de Oliveira (2018), é sua análise sobre o estupro, entendendo-o como um estereótipo que permanece no imaginário popular. Esse estereótipo se mantém a partir da ideia de que o estupro é cometido por um homem desconhecido em locais perigosos, um equívoco que persiste em algumas representações culturais. Isso reflete a importância de examinar e desafiar esses estereótipos. A maioria dos casos de estupro ocorre com vítimas conhecendo o agressor, muitas vezes em ambientes familiares ou sociais, o que torna fundamental compreender que a violência sexual pode acontecer em qualquer contexto.

Na verdade, a maioria dos estupros acontece dentro de casa, e o perpetrador é pessoa conhecida da vítima. No entanto, nesses casos, o status de vítima fica prejudicado, obscurecido. Ela é vista, muitas vezes inclusive pelos representantes do Estado (juízes, policiais), como alguém que mudou de ideia depois do ato e busca prejudicar um homem, não recebendo o tratamento adequado (Carvalho, 2021, p.93).

É importante ressaltar que essa concepção distorcida da vítima tem implicações significativas no sistema de justiça e na maneira como a sociedade lida com esses casos. Muitas vezes, as vítimas de estupro que conhecem seus agressores enfrentam uma série de desafios adicionais ao buscar justiça e apoio. Esse estigma em relação às vítimas de estupro é particularmente problemático quando se trata de representantes do Estado, como juízes e policiais, que podem, em alguns casos, perpetuar esses estereótipos ao lidar com denúncias de estupro. Eles podem erroneamente questionar a credibilidade da vítima, alegando que ela mudou de ideia após o ato ou que está buscando prejudicar o agressor, em vez de receber o tratamento adequado e o apoio necessário.

Para combater essa depreciação e garantir que as vítimas de estupro sejam tratadas com empatia, respeito e justiça, é essencial desafiar esses estereótipos. A educação pública, a sensibilização e a reforma do sistema de justiça são passos importantes para mudar essa realidade e garantir que todas as vítimas de estupro recebam o apoio necessário para superar a experiência traumática. Os resultados da pesquisa mostram que nos homens que cometeram crimes contra as mulheres o pensamento patriarcal prevalece, pois ainda as enxergam como propriedade, o que antes foi propriedade do pai, depois do casamento passa a ser propriedade do marido.

O trabalho de Garcia (2022), se assemelha aos nossos objetivos, pois fundamenta-se nos estudos de Silvia Federici para compreender como o capitalismo se beneficia da exploração e



do trabalho doméstico não remunerado das mulheres. A pesquisa é de matriz bibliográfica, qualitativa e exploratória. Segundo a autora, além do trabalho invisibilizado as mulheres acabam renunciando a uma carreira e estabilidade financeira para os cuidados do lar e da família, ocasionando em uma dependência financeira do seu companheiro, que se torna o provedor do lar. A dependência financeira é um dos grandes fatores dos casos em que as mulheres não conseguem sair de um casamento que ela não deseja mais permanecer.

Garcia aponta assim como a autora Federici, a questão da reprodução social, pois sendo obrigadas a assumir a responsabilidade da reprodução social através da divisão de papéis de gênero, as mulheres são designadas aos cuidados necessários para sociedade, envolvendo a educação e cuidado dos filhos, e do trabalho doméstico, que além de não ser remunerado e desvalorizado, compõe a totalidade de exploração da mão de obra das mulheres para benefício do capital. O trabalho doméstico faz a mulher permanecer fora do mercado trabalho, ou quando permanece inserida nele acaba sobrecarregada pelas duplas jornadas de trabalho, influenciando muito no desenvolvimento profissional e na capacitação do seu currículo. Garcia explica que “O trabalho doméstico não remunerado engloba o cuidado de idosos, familiares doentes, filhos, casa e marido, abrindo mão de seu tempo, sua subjetividade, seu prazer e suas vontades (mesmo que inconsciente) para cumprir o papel que lhes foi atribuído por “natureza” (Garcia, 2022, p.94).

Os resultados apresentados corroboram com nossos estudos e mostram que o trabalho não remunerado das mulheres ao mesmo tempo que engloba uma parte importante para o capitalismo também o invisibiliza, identificando opressão e exploração, subvertendo a ideia de trabalho a um ato de cuidado e amor, e dessa forma, justificando a ausência de remuneração do trabalho doméstico das mulheres e ao mesmo tempo, desvalorizando o mercado de trabalho feminino.

5. REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS DA PESQUISA

Lembramos que nosso trabalho tem como base epistêmica os estudos sobre bruxas contemporâneas fundamentados a partir das obras da autora Silvia Federici, (2004; 2019), italiana, nascida em 1942, é filósofa, historiadora, feminista e seu principal tema de pesquisa é a opressão das mulheres, incluindo as caças às bruxas e a exploração de seu trabalho doméstico e reprodutivo não remunerado, fator que desempenhou um papel significativo na acumulação primitiva de capital. A autora oferece grande contribuição para a compreensão do papel do patriarcado na opressão das mulheres, defendendo que essas formas de opressão não apenas



perpetuaram o patriarcado, mas também serviram aos interesses da elite dominante ao consolidar seu controle sobre os recursos e a força de trabalho, contribuindo assim para o desenvolvimento do capitalismo.

Conforme mostramos neste estudo, a análise de Federici continuam a ser uma referência significativa nos estudos feministas e nas discussões sobre a história do capitalismo. Federici destaca como as mulheres foram exploradas não apenas como trabalhadoras, mas também como reprodutoras, e como o controle sobre seus corpos e reprodução foi fundamental para o sistema de acumulação primitiva de capital. Sua análise profunda das interseções entre gênero, classe e poder é fundamental para a compreensão das desigualdades sociais e fornece uma base crítica para o movimento feminista e para o estudo da decolonialidade e das diversidades de gênero.

Conforme salientamos, o período inquisitorial foi fundamental para o desencadeamento desse processo da caça às bruxas, foi através da religião e da consolidação do capitalismo se fortalece o controle social sobre as mulheres, solidificados por fundamentos ligados a autoridade, controle e poder, como o *Malleus Maficarum* e o Código Penal Brasileiro de 1940, cujos princípios permanecem atualmente. Além de exercer controle e poder sobre as mulheres ainda hoje, o estado e religião continuam a estabelecer a divisão social e sexual, como afirmam as autoras Valle (2018); Santos (2021) e Gomes (2018) em seus trabalhos, encontram padrões do período inquisitorial que sobreviveram na contemporaneidade. O resultado das reflexões e análises mostram a influência das estruturas patriarcais e ideais heteronormativos sobrevivendo com força até os dias atuais e resultam na violência de gênero, produto da cultura patriarcal, uma violência normalizada em nossa sociedade, conforme apontam Buco (2018); Federici (2004; 2019); Gomes (2018); Santos (2021); e Valle (2018).

Importante lembrar que as mulheres sempre estiveram na luta contra a violência de gênero, avanços relevantes não podem ser ignorados, como descreve Cegatti (2018), esses avanços foram conquistados a partir de muita luta das mulheres, dos movimentos feministas, que demandaram a efetivação dos direitos humanos e busca por mudanças nas estruturas de poder. “A mobilização feminista para reconhecer a violência contra as mulheres como violação dos direitos humanos repercutiu no Brasil a partir da década de 1980, período de redemocratização dos países latino-americanos” (Cegatti,2018, p. 17).

A luta das mulheres pela sua emancipação e seus direitos se estendem até os dias atuais, buscam ainda o controle sobre seus corpos e sexualidade, pois, como afirmam Gomes (2018) e Federici (2004;2019), os papéis sociais que foram estabelecidos para as mulheres compactuam com a relação de poder, violência e abusos em grande parte da sociedade.



Este processo de constituição do corpo e da subjetividade da mulher, ou seja, a maneira como ela organiza seu modo de existir no mundo e as relações com os outros também foi influenciada pelas transformações econômicas, políticas, históricas e socioculturais. É a interação do indivíduo com os outros e com o mundo, em um determinado período histórico, a principal responsável pela organização de seus padrões de conduta e de suas reações emocionais e racionais (Bóris, Cesídio, 2007, p.453-454).

Não podemos deixar de enfatizar aqui, conforme nos lembram Bóris e Cesídio (2007), que a cultura se refere aos valores de um período histórico, mas que é preciso olhar para além desses valores sob a ótica dos valores humanos. É preciso lembrar que as mulheres brancas de famílias abastadas tinham seu mundo restrito à vida familiar, à procriação e ao controle sobre os escravos e amas, com contatos limitados com outros membros da sociedade, como padres. Essa análise ressalta a importância de entender o contexto histórico em que essas normas de gênero foram estabelecidas e reconhecer como elas continuaram a moldar as relações de gênero e as estruturas de poder ao longo do tempo. Tais observações são relevantes para entendermos as discussões sobre desigualdade de gênero, diversidade de gênero e a luta contra o patriarcado, mas também as questões sobre raça e classe.

Se no contexto de uma sociedade patriarcal, as mulheres eram frequentemente subjugadas e restringidas em suas liberdades pessoais e profissionais, impondo restrições que resultavam em sentimentos de culpa e vergonha e discriminação. Bóris e Cesídio (2007) lembram que a perspectiva médica das décadas de 1890 a 1930, via uma conexão entre o útero e o sistema nervoso central das mulheres. Isso levava à crença de que as atividades intelectuais das mulheres durante a gravidez poderiam resultar em crianças doentes ou malformadas. Assim, a educação e o desenvolvimento intelectual eram considerados prerrogativas exclusivas dos homens. Essa discussão destaca a importância de reconhecer as mudanças na compreensão da feminilidade ao longo da história e como as crenças culturais e médicas influenciaram a vida das mulheres. A história da emancipação feminina, portanto, é complexa e envolve desafios significativos, tanto no que diz respeito à igualdade de gênero, raça e classe social, quanto à compreensão do corpo e da sexualidade feminina.

Se, como vimos, Rodrigues (2020) e Oliveira (2018), apontam para a marginalização das mulheres dentro do espaço político, uma consequência histórica da influência e papel do patriarcado, como uma ferramenta que opera em detrimento das mulheres e em prol do poder para os homens, Carvalho (2021), chama a atenção para casos de estupro frequentemente banalizados pela justiça. Mulheres estupradas são interrogadas por figuras de autoridade, muitas vezes masculinas, as quais as enquadram em uma narrativa de vilã ao invés de vítima.

Os estudos de Carvalho (2021), sobre a importância das lutas das mulheres em defesa



de seus direitos e conquistas de espaços na esfera política corroboram com a visão de Cegatti (2018), Oliveira (2018) e Rodrigues (2020). Ao examinar suas contribuições, podemos observar uma convergência de ideias que ressalta a relevância das lutas femininas na busca por equidade de gênero e participação política. Estes estudos fortalecem a compreensão sobre a evolução do papel das mulheres na sociedade, destacando a importância das lutas e resistências femininas para promover a igualdade de gênero e a justiça social.

Bóris e Cesídio (2007), afirmam que as transformações na subjetividade feminina ao longo do tempo, especialmente durante o século XX, são inúmeras. A inserção das mulheres no mercado de trabalho, a conquista da independência financeira e a disponibilidade de métodos contraceptivos como a pílula anticoncepcional são alguns exemplos desse processo. No entanto, os autores advertem que, apesar dessas mudanças, ainda persistem traços da cultura patriarcal na sociedade brasileira. A valorização da estética do corpo e a independência financeira e profissional das mulheres foram promovidas pela mídia, mas ao mesmo tempo, primeiro houve a banalização do corpo feminino, estabelecendo padrões de beleza muitas vezes inatingíveis. Bóris e Cesídio (2007), mencionam também a influência do sistema capitalista, que cria padrões de comportamento e produz produtos relacionados aos desejos das mulheres, transformando seus corpos em mercadorias.

É importante notar, conforme destacado pelos autores, que apesar das conquistas das mulheres no século XX, ainda existem pressões sociais e culturais que reforçam normas tradicionais de comportamento, que incidem sobre seus corpos, comportamentos no contexto religioso e familiar. A família e a Igreja (religião) sob a proteção do estado continuam a exercer influência sobre o que é considerado adequado em termos de comportamento feminino, enfatizando valores como casamento e obediência a padrões morais estabelecidos.

Essas observações destacam a complexidade das transformações na subjetividade feminina, evidenciando a coexistência de progresso e resistência às mudanças nas normas de gênero na sociedade brasileira, mostrando a necessidade de compreensão desses aspectos para uma análise crítica das questões de gênero e das desigualdades sociais. Assim, retomamos Federici (2004) para nos lembrar que se as bruxas eram julgadas por seus conhecimentos e sensualidade, as mulheres modernas também são pressionadas para não envelhecerem, estarem sempre arrumadas e atrair seus parceiros. Essa cobrança contínua pela sensualidade culmina em culpabilização das mulheres por abusos e violências que sofrem. Pesquisas, como as realizadas por Federici e outras pesquisas apresentadas neste estudo, como as pesquisas selecionadas na plataforma BDTD, os dados obtidos de fontes como as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, corroboram nossos



pressupostos de que as bruxas contemporâneas ainda queimam em fogueiras atuais. A história da caça às bruxas, portanto, deve ser lembrada como parte importante da luta das mulheres por justiça, igualdade e autonomia. Seguimos na luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho exploramos a complexa interconexão entre a caça às bruxas na Idade Média e a opressão contemporânea das mulheres, sob a perspectiva do feminismo contemporâneo, à luz dos estudos de Silvia Federici. Nossa pesquisa revelou que a caça às bruxas não foi apenas um episódio supersticioso, mas um processo de opressão que explorou fatores como raça, classe e gênero, desempenhando um papel na ascensão do capitalismo.

Um achado importante de nossa pesquisa evidência que a caça às bruxas foi usada como um instrumento para a opressão e exploração das mulheres na esfera doméstica, tais como o controle da reprodução e métodos contraceptivos, bem como a eliminação das mulheres de papéis sociais e econômicos significativos. O patriarcado, portanto, emergiu como o sistema regulador da opressão e controle das mulheres e das classes marginalizadas, perpetuando a subordinação e a desigualdade.

Nosso estudo destacou que as motivações por trás da caça às bruxas eram profundamente enraizadas em questões econômicas, políticas, religiosas e misóginas, impulsionando a acumulação primitiva do capital. Isso resultou na opressão das mulheres na esfera doméstica, controle de sua reprodução e métodos contraceptivos, além de sua exclusão dos papéis sociais e econômicos significativos. A caça às bruxas, portanto, não estava ligada apenas à pobreza, mas também à resistência e à exclusão social e política, estabelecendo uma nova ordem patriarcal através do controle estatal e eclesiástico.

Além disso, identificamos a persistência do patriarcado como um sistema regulador de opressão e controle das mulheres e das classes marginalizadas na contemporaneidade, destacando a sobrevivência e naturalização desse sistema que manifesta-se de maneiras intrínsecas e culturais, atacando orientações sexuais não heteronormativas e a sexualidade das mulheres. A conexão entre os trabalhos de Federici e pesquisas contemporâneas reforçou a ideia de que a caça às bruxas foi um genocídio contra as mulheres, subjugando-as ao sistema patriarcal. Um genocídio que não terminou, um ataque que persiste e nos atinge de várias formas, forçando as mulheres a uma luta sem tréguas em prol da liberdade, da justiça e equidade.



Dessa forma, observamos paralelos preocupantes entre a caça às bruxas e os atuais padrões de violência contra mulheres e minorias que resistem. Casos como o assassinato de Marielle Franco e estatísticas alarmantes de estupro e feminicídio demonstram como a sociedade continua a reproduzir práticas da caça às bruxas. As "novas fogueiras" contemporâneas são representadas pelos dados alarmantes de violência e pela exploração contínua das mulheres. Apesar das conquistas no trabalho remunerado, as mulheres ainda são subordinadas ao trabalho doméstico, as principais responsáveis pela educação e cuidado dos filhos, em grande parte, também responsáveis pelo sustento da família, e, ainda assim, enfrentam disparidades salariais significativas. Mudanças estruturais e culturais são essenciais para desconstruir os papéis de gênero impostos e eliminar as desigualdades sociais existentes. A criminalização das mulheres que lutam por seus direitos e a culpabilização das vítimas perpetuam a subordinação.

Como reflexão final, questionamos quantas lutas e vidas de mulheres ainda serão necessárias para instigar mudanças substanciais nas estruturas sociais e políticas de nossa sociedade. A resposta a essa pergunta não apenas delinea o desafio contínuo que enfrentamos, mas também ressalta a urgência de ações concretas para alcançar uma verdadeira igualdade de gênero e justiça social. A luta contra a opressão de gênero é um desafio contínuo, de forma que a conscientização e o engajamento são essenciais para promover mudanças significativas em prol da igualdade de gênero e da justiça social. Esperamos que nosso trabalho contribua para a discussão e reflexão desta pauta tão importante e necessária no mundo contemporâneo.



REFERÊNCIAS

_____, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**. Editora Boitempo, 2019.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Estatísticas sociais. **Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem**. 28 de mar. de 2019. Disponível em : <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem> . Acesso em 25 de set. de 2023

ANGELIN, Rosangela. A “caça às bruxas”: uma interpretação feminista. Portal Catarinas, 2016.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. **Mulher, corpo e subjetividade**: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. Revista Mal-estar e Subjetividade. Fortaleza. Vol. VII – Nº 2. p. 451-478 – set/2007.

BRASIL. LEI 13.165/2015, de 29 de setembro de 2015. Defini Lei de Participação Feminina na Política.

BUCO, Thalyta. **A cultura da violência doméstica**: Uma reflexão sobre as relações de gênero. UNICENTRO – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento comunitário, 2018.

CARVALHO, Gabriela. **Violência doméstica**: análise jurídica do estupro marital. Universidade Presbiteriana Mackenzie Programa de Pós-Graduação Stricto-Sensu da Faculdade de Direito, 2021.

CEGATTI, Amanda. **Violência de gênero contra as mulheres e cultura política**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política Porto Alegre, BR-RS, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. *Revista Estudos Feministas*, [S.L.], v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011>.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Editora Autonomia, 2004.

GANDRA, Alana. **Dossiê contabiliza 273 mortes violentas de pessoas LGBTI+ em 2022**. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 11 maio.2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/dossie-contabiliza-273-mortes-violentas-de-pessoas-lgbti-em-2022>. Acesso em: 25 de set. de 2023.

GARCIA, Rubia. **Gênero, trabalho doméstico e de reprodução social**: uma análise sobre a exploração e opressão de mulheres no capitalismo. PUCRS - Programa de Pós-Graduação em serviço social mestrado, 2022.

GOMES, Ana. **#Meuprimeiro assédio**: Interações de mulheres violadas. UFRGS -Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva Mestrado Acadêmico, 2018.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia**



científica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MINISTÉRIO DA MULHER DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS (MMFDH).

Mulheres batem recordes de participação na política brasileira. Os avanços recentes do segmento são celebrados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). 2021. Disponível em : <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/mulheres-batem-recordes-de-participacao-na-politica-brasileira#:~:text=%22Foram%20mais%20de%20187%20mil,ressalta%20a%20secret%C3%A1ria%20Cristiane%20Britto>. Acesso em 25 de set. 2023.

MODELOINICIAL. Código Civil de 1916: **Dos direitos e deveres das mulheres.** Porto Alegre- RS. Disponível em: https://modeloinitial.com.br/lei/L-3071-1916/direitos-deveres-mulher-@_ESPECIAL_I_II_III.E#:~:text=Art.,324). Acesso em 25 de set. 2023.

OLIVEIRA, Laís. Feminismo e representação política. UFJF - Programa de Pós-Graduação em serviço social, 2018.

RODRIGUES, Emely. **Que (in)justiça é essa?:** a paridade participativa como alternativa ao silenciamento das vozes das mulheres na esfera pública-política. RIUFOP -Programa de Pós-Graduação em Direito, 2020.

SABÓIA, Gabriel. **Relembre declarações com ofensas às mulheres feitas pelo presidente e a família Bolsonaro.** O Gobo. 08 de março.2022.

SANTOS, Nathalia. **Queimem a bruxa!:** o controle de corpos e sexualidades da caça às bruxas a ideologia de gênero. Puc-Rio Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, 2021.

SCHNEIDER, Élen Cristiane. **O Valor Social do Trabalho e a Justiça Consubstancial.** 2016, 367f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, BR-RS, 2016.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima. **Patriarcado e Teoria política Feminista:** Possibilidades na Ciência Política. Universidade Federal de Minas Gerais, programa de pós-graduação em ciência política, 2019.

TRIBUNAL REGIONAL DE GOIAS (online). **Retrospectiva da década:** Lei de Incentivo a Participação Feminina na Política. Disponível em: <https://www.tregojus.br/comunicacao/noticias/2019/Dezembro/retrospectiva-da-decada-lei-de-incentivo-a-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em 25 de set. de 2023.

VALLE, Thais. **O aborto e a caça às bruxas:** as influências do Malleus Maleficarum no Código Penal Brasileiro de 1940 e suas repercussões hoje. Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco – PPGCR/ÚNICA,2018.